



ARTIGO

A CAMPANHA ANTIALCOÓLICA DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL¹

Contato
AL-145, 3849
57480-000 – Delmiro Gouveia – Alagoas
luana.tamano@delmiro.ufal.br

 Luana TiekO Omena Tamano²
Universidade Federal de Alagoas
Delmiro Gouveia – Alagoas – Brasil

Resumo

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi uma agremiação de significativa importância nacional criada em 1923, no Rio de Janeiro. A maioria dos seus membros eram médicos dedicados ao estudo de diversos assuntos que faziam parte do escopo da Liga: raça, doenças mentais, maternidade, eugenia, alcoolismo etc. Suas opiniões e posicionamentos eram desenvolvidos por meio de reuniões, conferências e publicações nos jornais nacionais - com destaque para os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, sua revista oficial. Um dos temas mais discutidos entre os seus integrantes foi o álcool e o alcoolismo, que contava com uma seção específica naquele periódico. O presente artigo busca refletir acerca do posicionamento da Liga com relação a esse assunto, tomando como fonte os materiais publicados nos Arquivos.

Palavras-chave

Álcool – alcoolismo – crime – degeneração – liga brasileira de higiene mental.

¹ Artigo não publicado em plataforma preprint. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. Todos os artigos utilizados que foram publicados nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental foram consultados no site do Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia da Universidade Estadual de Maringá. Os jornais referenciados foram consultados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² Doutora e Mestre pelo Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas.



ARTICLE

THE ANTI-ALCOHOL CAMPAIGN OF THE BRAZILIAN LEAGUE OF MENTAL HYGIENE

Contact
AL-145, 3849
57480-000 – Delmiro Gouveia – Alagoas
luana.tamano@delmiro.ufal.br

 Luana Tiekko Omena Tamano
Universidade Federal de Alagoas
Delmiro Gouveia – Alagoas – Brazil

Abstract

Created in 1923, in Rio de Janeiro, the Brazilian League of Mental Hygiene was a significant nationwide association composed of doctors dedicated to addressing various subjects, such as race, mental illness, motherhood, eugenics, alcoholism, etc. Their opinions and positions were developed through meetings, conferences, and publications in the national press - especially the Brazilian Archives of Mental Hygiene, its official journal. A key topic discussed among its members was alcohol and alcoholism, which had a specific session in the official periodical. This article reflects on the League's position on the subject by analyzing the texts published in the Brazilian Archives.

Keywords

Alcohol – alcoholism – crime – degeneration – Brazilian league of mental hygiene.

Introdução

(...) mas por ser uma espécie de líquido que nos tornava alegres, fazendo-nos perder o juízo; afastava todos os pensamentos melancólicos, gerava quimeras loucas e extravagantes no cérebro, levantava nossas esperanças e expulsava nossos temores, suspendendo todas as funções da razão por algum tempo, privando-nos do uso de nossos membros, até que mergulhávamos num sono profundo; embora fosse necessário admitir que sempre acordávamos doentes e desanimados, e que o uso dessa bebida causava muitas doenças, que tornava nossas vidas desconfortáveis e curtas (SWIFT, 2010 [1726], p. 355).

Os defensores da campanha contra o álcool no Brasil dos decênios de 1920 a 1940, focando o período em que o tóxico foi combatido pela Liga Brasileira de Higiene Mental, partilhavam da opinião de Gulliver quanto aos efeitos das bebidas alcoólicas e das consequências pós-recoberta a consciência plena. A alegria imediata após a ingestão, a euforia demasiada, os prazeres artificiais e a liberdade eram sensações momentaneamente boas, porém sempre passageiras, seguidas pelo desprazer, pela melancolia e pela loucura que, conforme aqueles homens e mulheres combativos, tinham como lugares certos e em um futuro breve os manicômios, as prisões ou os hospitais.³

O álcool foi um assunto de grande relevância no país naquele período, estando presente na agenda de instituições públicas e privadas. Motivo apontado para a degradação do homem e da degeneração da raça, foi objeto de pesquisas médicas e jurídicas que provavam o alto índice de alcoolistas internos nos manicômios do país e de prisioneiros nos cárceres. Assim, configuravam um sério problema de saúde pública e de ordem financeira para a nação, pois muitos eram encaminhados para os manicômios devido as suas alucinações alcoólicas, vindo a ocupar as já raras vagas nas instituições dedicadas ao tratamento dos doentes mentais. Outros tantos, em decorrência das consequências do álcool em seus organismos, para lá eram conduzidos e em breve diagnosticados como loucos, esquizofrênicos, histéricos ou epiléticos.

³ ALMEIDA, Waldemar de. A bebida alcoólica como fator antissocial. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-80, 1943; AYROSA, José Carbeiro. O alcoolismo - suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 18-26, 1934; LOPES, Carlos Augusto. Alcoolismo e higiene mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 105-107, 1944; LOPES, Cunha. Profilaxia social das toxicomanias. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 117-129, 1925; SANTOS, Ângelo Godinho dos. O alcoolismo na vida do soldado - influência sobre a sua vida física, moral e militar. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 52-64, 1943.

Desordem civil, mau exemplo, atentado à moralidade, gastos de recursos públicos, prejuízo aos trabalhos desenvolvidos nos manicômios, degeneração da raça e improdutividade eram apontados pelos especialistas como os resultados do uso do tóxico. Por esse motivo, o álcool era considerado como um veneno social, mais daninho à humanidade do que as pestes, as guerras e a fome.

Diante de um quadro tão nefasto e ameaçador, não era possível se manter alheio a um problema de tamanha vultuosidade. Diretores de instituições manicômiais, presidentes de sociedades científicas, médicos, educadores, políticos e tantos outros se esmeraram em seu combate por meio da educação escolar, da distribuição de folhetos educativos, das conferências radiofônicas, das palestras em eventos, dos artigos em jornais e periódicos acadêmicos, bem como no envio à Câmara de projetos que visavam a taxaço do álcool bebida a fim de torná-lo menos acessível. Embora muitos partilhassem da mesma opinião quanto aos malefícios do inebriante, havia discordâncias em relação à maneira de impedir o seu consumo e à ideia da transmissão dos males aos descendentes.

No encaminhamento das discussões acerca do momentoso assunto estava a Liga Brasileira de Higiene Mental. Esta foi uma associação que dentre tantos outros temas abordados ao longo de sua existência, focou o combate ao álcool de maneira incisiva com as suas Semanas Antialcoólicas, as publicações em sua revista oficial — *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* — e as cobranças aos políticos no tocante a uma taxaço de impostos mais elevados às bebidas etílicas. Foram muitas as ações empreendidas pela Liga e este é o foco deste artigo, no qual intentamos refletir a respeito de suas campanhas antialcoólicas, com as convergências e divergências de pensamentos de seus consócios, demonstrando por meio de suas ações nessa seara, a centralidade do assunto na agenda nacional e sua interligação com a eugenia e a categoria de raça.

“Pelo aperfeiçoamento da raça e prevenção dos fatores de degeneração” surge a Liga Brasileira de Higiene Mental

O médico carioca Gustavo Riedel foi o fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, pensando-a enquanto um espaço dedicado aos estudos que permitissem o aperfeiçoamento da raça e a prevenção dos fatores de degeneração, tais quais a sífilis e a tuberculose, realizando ainda a medicina social contra os tóxicos.⁴ Contudo, os objetivos presentes em seu estatuto eram mais amplos, incluindo a prevenção das doenças nervosas e mentais; a proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação; a melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; e a realização de um programa de Higiene Mental e de Eugénica nos domínios das atividades individual, escolar, profissional e social⁵ — evidenciando, assim, o alcance projetado pela instituição.

No domínio individual, devia-se considerar ainda a família e demais círculos de relações; no escolar também estavam incluídos todos os funcionários da escola; no profissional, toda a estrutura que lhe sustentava e cercava; e no social, absolutamente tudo o que lhe flanqueava. De fato, a atuação da Liga foi bem significativa, quer tenha sido no plano concreto, com seus ambulatórios e serviços sociais, ou no campo das ideias, com as palestras, as reuniões, os debates e as publicações que realizou (TAMANO, 2018).

Para alcançar tais fins, encarregava-se de: atuar junto aos poderes públicos federal, estadual e municipal; propagar as modernas ideias sobre profilaxia mental; estudar todos os problemas relativos à higiene do sistema nervoso; publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por ela mantida; promover a realização de Congressos de Higiene Mental e de Eugénica; manter relações com associações congêneres nacionais e estrangeiras; e instalar em sua sede social, uma biblioteca relativa à higiene mental e ciências afins, franqueando-a a todos os interessados.⁶

A fundação da agremiação foi celebrada tanto por seus associados quanto pelos entusiastas por suas metas e trabalhos. Ademais, o Governo Federal igualmente demonstrara o seu interesse, vindo a reconhecê-la como um órgão de utilidade pública, por meio do decreto n° 4778 de 1923. Tal reconhecimento significou uma

⁴ RIEDEL, Gustavo. Atas e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 209-211, 1925.

⁵ ESTATUTOS da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 223-234, 1925.

⁶ *Ibidem*.

subvenção federal no valor de 30 contos de réis, a qual veio somar-se a quantia de 12 contos de réis do Conselho Municipal em 1925. Contudo, tais numerários não foram contínuos, o que provocou problemas para a execução de algumas de suas atividades, como o impedimento do funcionamento de serviços já instalados, a exemplo do Ambulatório de Psiquiatria Preventiva, do Consultório Gratuito de Psicanálise e do Laboratório de Psicologia Aplicada, todos organizados em 1926. A falta de recursos financeiros foi uma queixa constante entre os seus organizadores, haja a vista viver, conforme Mirandolino Caldas, “exclusivamente dos esforços, da boa vontade, da benemerência e do altruísmo de seus consócios”⁷

No momento em que a Liga foi criada, havia uma larga preocupação no país com relação à raça, um tema caro ao Brasil que buscava a sua inserção no concerto das nações modernas. A categoria de raça persistia enquanto responsável pelo “atraso” nacional, ainda que tenha sofrido uma relativização de culpabilidade com o movimento sanitaria, que apontou a doença enquanto um grande mal que assolava a população interiorana. Com o movimento, iniciado nos anos de 1910, os médicos sanitaria chamaram a atenção para as epidemias e abandono no qual vivia grande parte dos brasileiros, exigindo do governo central um posicionamento oficial e uma atuação enfática e constante na solução dos sérios problemas de saúde do país. Assim, não eram somente à raça e ao seu melhoramento que deveriam estar voltadas as atenções, uma vez que um povo doente não poderia desenvolver a nação (LIMA, 2009; LIMA, HOCHMAN, 2004; TAMANO, 2017).

Nas décadas de 1920 a 1940 havia quem continuasse a projetar sobre a raça todos os problemas nacionais e aqueles que não a isolavam ao pensar a respeito. Eugénistas como os médicos Renato Kehl⁸ e Oscar Fontenelle⁹ compunham o grupo que considerava a mestiçagem como algo nefasto. Defendiam a esterilização compulsória dos julgados degenerados (surdos, mudos, doentes mentais, criminosos etc.) e a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. Ademais, eram enfáticos ao determinar que a raça deveria ser melhorada e que nesse sentido a eugénia era um caminho possível no trabalho de regeneração. Outros, como o psiquiatra baiano Juliano Moreira (2011, [1905], p. 730), discordavam de tal crença, acreditando que a “má natureza dos elementos formadores de nossa nacionalidade devia-se a nossa vasta degenerescên-

⁷ CALDAS, Mirandolino. A higiene mental no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 74, 1930.

⁸ KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 69-74, 1925; KEHL, Renato. A eugénia no Brasil. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugénia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-61, 1929.

⁹ ACTA da Primeira Reunião – 1º de Julho de 1929. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugénia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 12-16, 1929.

cia física, moral e social que injustamente se tem ligado ao único fator da mestiçagem”. O médico e antropólogo Roquette-Pinto¹⁰ e o médico Belisário Penna¹¹ fugiam do determinismo da raça, apontando a educação e o acesso à saúde como vias para solucionar questões então atreladas ao fator racial.

A eugenia obteve uma significativa recepção no Brasil: dentro do meio acadêmico e fora dele. Entre estudiosos e curiosos pelo assunto, circulou nos periódicos nacionais, nos espaços políticos — Câmara e Senado —, nas publicações de livros e nas agremiações. Tema que despertou bastante interesse no país, sofreu leituras e interpretações variadas que resultaram em convergências e divergências de posicionamentos acerca do que seria, como poderia ser aplicada e quais benefícios traria para uma sociedade miscigenada e aflita diante dos prognósticos negativos com relação a sua compleição racial. O entusiasmo sobre a eugenia não ficou restrito aos médicos, vindo a ser debatida entre profissionais de outras áreas, como educadores, juristas, jornalistas, bem como entre instituições tais quais o Estado, a Igreja e a indústria.

Refletir sobre uma descendência forte e saudável vinha desde a antiguidade, com a defesa e prática da eliminação dos julgados inferiores e inaptos. Porém, o conhecimento biológico no século XIX engendrou mudanças na maneira como pensar a eliminação enquanto controle da população (DIWAN, 2015). Para seu criador, Francis Galton, a eugenia vinha em socorro da natureza que não conseguira eliminar os incapazes de sobreviver, muito em decorrência das políticas assistencialistas que eram duramente criticadas por grande número de seus partidários.

A ideia mestre da eugenia era a perpetuação das boas gerações e eliminação das consideradas inferiores. Para tanto, Galton planejou meios capazes de levar tal proposta a diante, a exemplo do controle matrimonial. O seu intento era identificar e selecionar os melhores indivíduos para que estes procriassem, fazendo uso dos pressupostos da teoria da seleção natural, criada por Charles Darwin. Na mesma medida, projetou identificar aqueles que, em decorrência de sua degeneração, deveriam ser impedidos de se reproduzirem. A ideia primordial era orientar eugenicamente o matrimônio, daí o empenho dos eugenistas pela obrigatoriedade em lei do exame pré-nupcial no Brasil.

Tanto a chamada linha “branda” ou “eugenia positiva” quanto a “radical” ou “eugenia negativa” foram debatidas entre os pesquisadores e simpatizantes brasileiros. A primeira vertente obteve maior espaço entre nós e isso teve relação direta com o fato dos estudos no âmbito sanitário já estarem consolidados no país. Como decla-

¹⁰ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 119-147, 1929.

¹¹ PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 3, 1929.

rou Nancy Stepan (2004), nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil era líder em ciências biomédicas e saneamento na América Latina. Dessa maneira, a eugenia “encontrou-se como mais uma vértebra para toda discussão que se desencadeava de traçar um projeto nacional” (CARVALHO, 2014, p. 109). Porém, os debates e defesas da segregação racial, impedimento de determinados casamentos ou esterilizações compulsórias foram largamente realizados no território nacional, com falas, publicações e projetos de lei a serem levados a diante. É interessante ressaltar que estas propostas nem sempre eram feitas de maneira aberta, principalmente em decorrência da força do catolicismo e de seus princípios seculares no Brasil (MOTA; SCHRAIBER, 2013; WEGNER; SOUZA, 2013). A Liga mantinha um cuidado apurado com relação às defesas da eugenia radical, destacando que a fala de determinados autores que publicavam em seus *Arquivos* não representava a opinião da revista e da entidade.¹²

A eugenia teve bastante espaço junto à Liga e dentro dos *Arquivos*. Para Reis (1994, p. 43), a sua fundação ocorreu devido à compreensão dos psiquiatras de que era necessária a criação de uma instituição exclusivamente dedicada ao programa de eugenia e higiene mental, que significaria então “o ápice da penetração, no domínio da ação psiquiátrica, dos ideais de eugenia e do saneamento preventivo da população”. O estudo, a divulgação e a propaganda das teses eugênicas eram realizados no periódico oficial e pelos seus membros, fosse por intermédio dos artigos assinados ou falas proferidas em eventos. E estes foram motivos para que viesse a receber uma homenagem do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, por meio de um voto de congratulações pela ação que então desenvolvia em prol da eugenia.¹³

A Liga teve um papel muito destacado no Brasil dos anos 1920-1940. Congregou um número considerável e heterogêneo de associados e interessados nos assuntos que faziam parte de seu escopo de atuação. Tais membros não estavam apenas circunscritos ao campo da medicina, incluindo-se educadores, jornalistas, juristas e literatos. Pela leitura dos *Arquivos* é possível conhecer alguns dos estudiosos que compuseram as suas fileiras. Indivíduos com proeminência em suas áreas de atuação, a exemplo de Juliano Moreira, Miguel Couto, Henrique Roxo, Carlos Chagas, Ernani Lopes, Carneiro Leão e tantos outros. É importante pôr em relevo que estes homens trabalhavam junto a instituições públicas: Juliano Moreira era diretor geral da Assistência a Alienados; Miguel Couto era presidente da Academia Nacional de Medicina e professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina (RJ); Henrique Roxo era professor de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina (RJ); Carlos Chagas

¹² ARCHIVOS Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1934.

¹³ ACTAS da Primeira Reunião – 1º de Julho de 1929. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 12-16, 1929.

era diretor do Departamento Nacional de Higiene e Saúde Pública; Ernani Lopes era alienista chefe do Hospital Colônia de Alienadas; e Carneiro Leão era Diretor da Instrução Pública Municipal (RJ).

Como afirmado pelo programa da agremiação, poucas esferas da vida estavam de fora de seu raio de ação e intervenção. A ideia era prevenir para não remediar e por essa premissa se queria alcançar dois objetivos mais pontuais: evitar os altos custos financeiros e de material humano na cura; e tornar o brasileiro um povo forte e saudável física e mentalmente para edificar a nação moderna que estava nos planos políticos desde o Império e que foram intensificados com a instalação da República. A lógica, então, era tornar a criança e a infância os focos de atenção dos médicos, responsáveis por sua saúde; dos educadores, incumbidos de sua educação; e das famílias, enfaticamente as mães, encarregadas de seguir as orientações prestadas pelos dois primeiros e de reportar a eles o que ocorria com os seus rebentos. Exigia-se dos governos uma presença marcada pelo financiamento e apoio necessários para a execução das ações propostas.

Educar era um meio eficaz para atender aos anseios de moldar a criança no princípio de ser ela a “cera mole e plástica”, como classificava o médico J. Porto-Carrero.¹⁴ Disciplinar o corpo, higienizá-lo, fortalecê-lo fisicamente com a educação física; e cuidar da mente em todos os seus pormenores para um psiquismo saudável, como queria Caldas,¹⁵ compuseram as atividades escolares, estando presente no cotidiano, nas práticas, nos exercícios e na ordenação espacial das escolas.

Imigração, educação, testes mentais, atividades físicas, suicídio e criminalidade foram outros tópicos abordados pela Liga. Tais temas estavam sendo debatidos no país para além de seu círculo interno, englobando o campo da medicina, educação, jurídico, político, econômico e racial. Muitas destas temáticas estavam imbricadas umas nas outras, de forma que debater sobre imigração, por exemplo, tinha direta correlação com raça e saúde, afora o ponto de vista econômico. A relação da imigração com a raça provocou fervorosos debates entre os que defendiam um tipo de imigrante ideal, do ponto de vista racial — que pode ser lido como branco, saudável e assimilável —, caso de Oscar Fontenelle e do jornalista Azevedo Amaral;¹⁶ e aqueles que enfatizavam a saúde mental, posto que o país não poderia acabar como

¹⁴ PORTO-CARRERO, Júlio. Educação sexual. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 120-133, 1929.

¹⁵ CALDAS, Mirandolino. A eufrenia: ciência da boa cerebração. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 29-49, 1932.

¹⁶ AMARAL, Antônio José de Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: *Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro. v. 1, p. 327-340, 1929.

um escoadouro de emigrado indesejável do ponto de vista mental, como asseverava Juliano Moreira.¹⁷

Ao longo dos *Arquivos*, fonte fundamental para se conhecer a Liga, é possível compreender os objetivos desta sociedade. Seus partidários falavam em nome da ciência e a colocavam à disposição dos poderes públicos para de seus conhecimentos se apropriarem na condução de ações práticas que ajudassem a meta máxima desenvolvimentista planejada. Eram cientistas e assim se posicionavam, não se furtando de seu papel social e engajamento político na condução de seus anseios. Não foi à toa que muitos intelectuais entraram para a arena política; tampouco os envios de projetos à Câmara foram gratuitos. Foi nesse sentido que o médico-psiquiatra Franco da Rocha,¹⁸ em conferência realizada na Sociedade de Medicina de São Paulo, em 1928, considerou um dever indubitável dos médicos “chamar a atenção dos legisladores para a questão do alcoolismo, e pedir leis que abrandem a ação deletéria dessa praga social”. Acreditava que sem a intervenção dos poderes públicos seria infantilidade pensar em combater a doença, e por se tratar de uma questão de salvação pública, julgava ser sua obrigação decretar medidas coercitivas para tal fim.

Desde o seu número inaugural, em 1925, os *Arquivos* destacaram espaço para os trabalhos voltados para a temática do álcool e alcoolismo. Em quase todas as edições estavam presentes matérias acerca do assunto. Nos dois únicos números de 1925 houve a indicação de uma seção permanente — *Contra o alcoolismo: em favor da higiene mental* —, e a partir de 1929 surgiu a seção *Trabalhos de antialcoolismo*. Vários estudiosos assinaram artigos naquela revista que trazia também notícias sobre eventos relacionados ao tema, resenhas de livros publicados sobre o assunto e as propagandas e comentários sobre as Semanas Antialcoólicas empreendidas pela entidade.

¹⁷ MOREIRA, Juliano. Noticiário: A contribuição da higiene mental no 2º Congresso Brasileiro de Higiene. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 196-197, 1925.

¹⁸ TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 247-251, 1930a.

“A Liga Brasileira de Higiene Mental não é sinônimo de Liga Antialcoólica”

“A Liga Brasileira de Higiene Mental não é sinônimo de Liga Antialcoólica” era o título que abria o editorial dos *Arquivos* em sua segunda edição de 1933. Desde 1925 o assunto foi exaustivamente abordado pela instituição, de forma a imprimir sobre ela uma associação direta com as campanhas antialcoólicas que realizava. Um ano antes, em 1932, assumia tal correlação feita pelo público enfatizando o “conforto e estímulo, de vez que fomos nós que quisemos fazer do antialcoolismo a nossa campanha magna, e não estamos arrependidos disso”.¹⁹ O título de abertura não era uma queixa, mas tão somente a lembrança de que a agremiação atuava em outras esferas que igualmente eram preocupações nacionais.

A seção *Trabalhos de Antialcoolismo*, em grande número sem assinatura, era o espaço privilegiado para a temática. Contudo, havia artigos na seção *Trabalhos Originais*, que abria o periódico, bem como matérias nas seções *Resenhas e Análises*, *Fatos e Comentários*, *Atas de Reuniões* e *Noticiários*. Ao longo dos 36 números da revista, foram publicados 78 materiais que tinham alguma relação com o assunto, fossem artigos propriamente ditos, resenhas de livros ou notícias acerca de eventos.

O álcool era visto pelos membros da Liga como um veneno social, um flagelo nacional, pior do que a guerra, as armas, a lepra, a peste, a tuberculose, a sífilis ou o câncer; estando em pé de igualdade com o crime, a miséria e a depravação.²⁰ Como dito, denunciavam que enchia os manicômios e prisões, causando sérios problemas econômicos, de ordem social e racial. Tal fato gerava enfáticas críticas dos médicos em geral, com destaque àqueles que atuavam junto aos manicômios, em vista de julgarem não ser aqueles os lugares apropriados para os alcoolistas. Estes precisavam de um espaço específico para tratarem a sua doença.

Diante de seu “especialíssimo estado mental”, o médico Cunha Lopes (LOPES, Cunha, 1925) afirmava que os alcoolistas precisavam de uma assistência médico-social mais adequada, com apoio médico em institutos que pudessem lhes ministrar tratamento conveniente. Outrossim, julgava necessária uma assistência social por meio da polícia de costumes que lhes reprimiriam os atos antissociais. Ainda que Lopes, assistente do Hospital Nacional e médico do Sanatório Botafogo, reclamasse

¹⁹ TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 123-124, 1932.

²⁰ ALVIM, Oswaldo Ferraz. A campanha contra o alcoolismo, *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3-4, p. 61-68, 1939/1940; GALLOTI, Odilon. Malefícios do álcool. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 69-72, 1943; LOPES, Carlos, 1944; MAGALHÃES, Fernando de. *Trabalhos de Antialcoolismo*. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 81-85, 1929; LOPES, E., 1934, p. 316.

por um atendimento especializado para os dependentes etílicos, entendia as suas ações como um caso de polícia. Este seu posicionamento era diametralmente oposto ao do Diretor do Hospital Nacional de Alienados, Juliano Moreira,²¹ que criticava a defesa em favor das medidas penais como maneira de reprimir o alcoolismo. Acreditava tão somente no tratamento por meio do trabalho desenvolvido nos sanatórios especiais e na assistência dos alcoolistas, tanto assim que pedia aos poderes públicos a fundação de hospitais-colônias.

Na visão do Dr. Flávio de Souza,²² as casas de saúde ou os manicômios judiciais deveriam ser os lugares para onde os alcoolistas absolvidos por crimes ou delitos cometidos quando embriagados deveriam ser encaminhados. Ali encontrariam tratamento, sendo submetidos à cura da abstinência e se sujeitariam ao tratamento moral que seria feito pelo médico especializado, o psiquiatra, e pelos funcionários do próprio estabelecimento. A própria Liga não acreditava que proibindo “por imposições vexatórias” ou tirando o álcool por “meios suasórios”, a ciência conseguiria resolver o caso.²³ Para a entidade, o alcoolismo não era um acidente, nem estava circunscrito somente a uma questão financeira, tratava-se de uma consequência da crise moral e social vivenciada. Enquanto uma doença moral, a educação seria a principal forma de conseguir solucionar o problema; e por ser uma doença social, o remédio estaria na ordem.²⁴

Nos manicômios, o alcoolista era paciente recorrente, uma vez que não tratava, tampouco curava o alcoolismo; e a cada saída retornava com o mesmo problema com que havia dado entrada. Havia ainda os que chegavam com sérios danos na saúde em decorrência do abuso do entorpecente. Juliano Moreira (MOREIRA, 1933, p. 124) asseverava que “somente quem vive dentro dos manicômios poderá avaliar ao certo quanto os ébrios recalcitrantes prejudicam a boa ordem e a disciplina de tais estabelecimentos, que, aliás, incontestavelmente não lhes convêm”. Além da ordem, os dispêndios dos poucos recursos financeiros com eles eram reclamados, já que usufruíam do espaço, dos médicos, da comida e dos cuidados gerais para assim que saírem retornarem com o mesmo quadro proveniente do abuso do álcool.²⁵ As

²¹ MOREIRA, Juliano. Assistência aos bebedores. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 123-126, 1933.

²² SOUZA, Flávio de. Perigos da embriaguez. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 81-85, 1943.

²³ CONTRA o alcoolismo: em favor da hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 147-152, 1925.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ RODRIGUES, Lopes. Alcoólatras nos manicômios. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 299-303, 1933.

queixas não se restringiam à capital federal. Em Pernambuco, por exemplo, o álcool foi o responsável direto e único por 1.038 internamentos na Assistência a Psicopatas, em 10 anos, conforme esclarecia o diretor do Serviço de Higiene Mental do Recife, Ulysses Pernambucano.²⁶

Alguns médicos, como o próprio Ulysses Pernambucano, entendiam que era preciso estudar as causas da doença para combatê-la, pois, abrir novos manicômios ou prisões não era a solução. Todavia, outros corroboravam a ideia de novas edificações ao inferirem que o maior prejuízo econômico do alcoolismo não estava nas despesas que obrigava as suas construções e manutenções, mas “na improdutividade ou na limitada produtividade do alcoólatra e na incapacidade produtiva de sua descendência”, como afirmavam os médicos Mello Moraes²⁷ e Faustino Esposel.²⁸ Este último acreditava ser uma ilusão a vantagem dos impostos, pois o dinheiro precisaria estar voltado para um aumento do efetivo da polícia, demonstrando, assim, que Cunha Lopes não estava sozinho em sua concepção do alcoolista como passível de ser preso e do alcoolismo enquanto caso de polícia.

A degeneração foi intimamente ligada ao alcoolismo. De Morel a Kraepelin, era visto como um mal absoluto cujo resultado eram seres débeis. As consequências do abuso etílico se davam no âmbito orgânico, com as falências dos órgãos e a eclosão de doenças mentais; e na esfera moral. Para os combatentes do álcool, as sequelas não ficavam restritas aos consumidores diretos, atingindo a ordem civil, a moral, o convívio familiar, a produtividade e, sobretudo, a descendência. Isso significa dizer que eram duradouras por gerações, arrastando o país anos a fio na degradação e subdesenvolvimento. Essa era a leitura feita por boa parte dos médicos brasileiros.

Os filhos dos alcoolistas seriam desequilibrados, impulsivos, histéricos, epilépticos, loucos, criminosos, idiotas, imbecis, cretinos, com malformações teratológicas e máculas morais, predispostos à escrofulose, tuberculose, hidrocefalia e perturbações do caráter.²⁹ E assim como ocorrera com seus genitores, uma vez que abusadores do uso do álcool, seus destinos eram certos: os mesmos manicômios, prisões e hospitais. Aqui se desenhava um ciclo, no qual o país precisaria lidar com

²⁶ PERNAMBUCANO, Ulysses. Os inimigos e os amigos do álcool. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 234-237, 1933.

²⁷ MELLO, Moraes. Conferência da Semana Antialcoólica de 1929. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 209, 1930.

²⁸ ESPOSEL, Faustino. Malefícios do álcool. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 208-216, 1931.

²⁹ ESPOSEL, 1931; LIMA, Cláudio Araujo. Semana Antialcoólica. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 84-86, 1944; ROCHA, Franco da. Alcoolismo e loucura. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 347-251, 1930; ALVIM, 1939/1940; SOUZA, Flávio de. Álcool, flagelo social. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 16-20, 1939.

gastos de dinheiro público e material humano para o tratamento e policiamento. Os traços degenerativos podiam se apresentar desde o nascimento com o agravante dos filhos poderem ser dipsômanos desde a infância, gerando delinquentes infantis, os menores incorrigíveis, sobre quem dissertara o médico Ernani Lopes.³⁰

Desde o século XIX que o debate em torno da degeneração racial estava presente no Brasil. Pautando-se nas teorias que determinavam a miscigenação como um processo que levava à degeneração dos povos, os intelectuais brasileiros precisaram entender e buscar possíveis soluções para o país e seu povo mestiçado. Enquanto alguns acordavam com tais postulados, a exemplo dos médicos Nina Rodrigues e Renato Kehl — considerando aqui a distância temporal entre estes autores para demonstrar como o assunto se deu em uma acepção de longa duração —, outros discordavam, como os também médicos Manoel Bomfim, Arthur Ramos, Roquette-Pinto, André Dreyfus e Fróes da Fonseca.

Nina Rodrigues (2008 [1889]) acreditava que o cruzamento racial incidia na propensão para as doenças mentais, acrescentando ainda as afecções graves do sistema nervoso e as degenerescências físicas, vindo a ter essas prerrogativas desacreditadas por Ramos nos anos de 1930. Esse médico alagoano se interessou, ainda em sua graduação na Faculdade de Medicina da Bahia, pelos trabalhos acerca das populações negras de Salvador desenvolvidos por Rodrigues. Destacava o pioneirismo do mestre em tais estudos, ressaltando o seu erro em alocar sobre a mestiçagem a degeneração da raça e sobre os negros uma inferioridade biológica, ainda que levando em consideração que tais postulados eram tomados como científicos na época em que Nina viveu e produziu (RAMOS, 1942; 2001 [1934]).

Ramos e Roquette-Pinto acreditavam que a falta de educação e saúde eram os verdadeiros motivos para o “atraso” nacional quando comparados às grandes potências europeias. Nesse aspecto, a degeneração entrou na agenda política e científica da *intelligentsia* brasileira, apresentando “contornos particulares na construção da nação, envolvendo questões político-econômicas, bem como científicas, sociais e de raça” (FACCHINETTI; MUÑOZ, 2013, p. 245).

Do decênio de 1910 em diante, a ênfase sobre a educação, a saúde e a cultura foi ganhando mais espaço nas elucubrações dos intelectuais nacionais para pensar o país, “saindo” das amarras da raça. Não houve uma ruptura estanque, nem assim poderia ter sido, mas esses novos elementos foram sendo postos em debate. Continuou a existir quem concordasse com a teoria da miscigenação como condicionante para a degeneração dos povos, com discursos ácidos, fortes e ditos científicos, em tempo

³⁰ LOPES, Ernani. Menores incorrigíveis. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 241-246, 1930a.

real com os que discordavam e a combatiam. Tal diversidade de pensamento era posta à mesa nos eventos, a exemplo do já mencionado Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, nas revistas acadêmicas e mesmo nos jornais de circulação diária.

Como já afirmado, os membros da Liga tinham variadas formações acadêmicas, ainda que boa parte fosse da classe médica. Alguns não estamparam nos *Arquivos* suas considerações acerca da degeneração da raça, mas sabemos, por meio de seus escritos em outras plataformas, que eram contrários às ideias eugênicas em sua versão mais radical, que combatia o intercruzamento das raças “inferiores” pelo princípio da degeneração. Foi o caso dos já citados Arthur Ramos, Manoel Bonfim e Roquette-Pinto. Outros tantos, assinando artigos ou tendo suas falas em eventos reproduzidas no periódico oficial da agremiação, deixaram muito claras as suas crenças sobre aquela assertiva. O presidente de honra da Liga, Miguel Couto, não teve nenhum material a próprio punho publicado, mas em algumas ocasiões teve sua fala postada por outrem na seção *Trabalhos de Antialcoolismo*. Taxativo, afirmava que o álcool era o grande elemento de degeneração do indivíduo e da raça,³¹ vindo, no âmbito racial, a também endossar o discurso que apontava a seleção de imigrantes por tal recorte.³²

Na associação entre o álcool e a degeneração, alguns estudiosos entendiam que as taras degenerativas eram repassadas às proles, abastardando a raça e corrompendo a nacionalidade.³³ Como afirmado, dentro dos princípios eugênicos que prometiam a regeneração racial por meio da intervenção humana, queria-se determinar quem poderia se casar com quem para que os resultados fossem filhos eugenicamente bons. Pesquisas, estatísticas, quadros genealógicos, gráficos, médias e projetos de leis com este fundamento foram realizados desde o tempo em que Galton cunhou o termo eugenia e passou a disseminar os seus postulados mundo afora. Não foi com outro objetivo que se pleiteou a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais. A ideia era saber se os noivos possuíam doenças ou predisposições que os impedissem de gerar filhos saudáveis — disseminando, assim, seus genes ruins —, sendo a sociedade aquela a pagar o alto preço por tal ação.

Diante do quadro nefasto com que se projetava o futuro do país por causa do aumento, dia a dia, dos alcoolistas advinha a grande pergunta: o que fazer? A lei seca já vigorava nos Estados Unidos e alguns consócios da Liga foram partidários de sua implementação no Brasil, defendendo acabar com o problema de vez. O mé-

³¹ COUTO, Miguel. *Trabalhos de Antialcoolismo: Discurso do Professor Miguel Couto*. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 78-92, 1929.

³² 1º CONGRESSO Brasileiro de Eugenia. *Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 7, 1929.

³³ FONSECA, Fernando. *O alcoolismo na zona rural*. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 296-298, 1933.

dico Fernando Magalhães (MAGALHÃES, 1929) era preciso em seu argumento: ou o álcool era um mal a ser extinto ou não o era. Para ele, medidas transitórias não eram a melhor orientação. Ademais, criticava os órgãos públicos pela incoerência do Código Penal que imputava a prisão aos que fornecessem álcool para determinar a embriaguez ou permiti-la continuar; porém a prefeitura cobrava licença para que a mesma pessoa que vendia a bebida pudesse ter um estabelecimento onde continuaria a comercializar álcool, infringindo o Código.

Aliás, o comércio era um fator que prejudicava os planos dos defensores da abstinência. O capitalismo, “maior dos inimigos da higiene”, ressaltava Carbeiro Ayrosa (AYROSA, 1934, p. 25) dificultava a regularização da venda e do consumo, cuja ânsia pelo lucro levava à falsificação de bebidas alcoólicas a prejudicar, ainda mais, o indivíduo e a sociedade. Foi em face da desobediência da indústria a qualquer clamor ou apoio ao bem coletivo que Miguel Couto (COUTO, 1929) criticou o governo do Distrito Federal que impedia a venda da morfina e cocaína — que tinham usos terapêuticos —, mas consentia que um negociante comprasse uma pipa de aguardente e obtivesse alta percentagem de lucro. Ernani Lopes foi outro crítico ao abuso dos comerciantes que se mostravam “empenhados em manter a sua contrapropaganda, tão pertinaz quanto mal inspirada”.³⁴

Nesse âmbito, o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, trazia uma reportagem sobre a lei seca no Ceará, na qual o jornalista que assinava a matéria deixava clara a sua oposição. Relatava que o diretor da Comissão de Saneamento Rural, Dr. Demóstenes de Carvalho, havia iniciado a propaganda em favor da lei seca no estado. Irônico, o jornalista dizia que apesar da ideia em si merecer o maior tratamento, era curioso o fato “de combater a venda de uma cervejinha gelada numa terra em que não há água nem vontade dos governos de que haja esse precioso líquido”. Denunciava a existência periódica de comissões de engenheiros da Inspetoria de Obras Contra a Seca pelo Nordeste, a fim de realizarem estudos preliminares que, quando aprovados e com verbas votadas, tinham o dinheiro desviado para outros propósitos. Por fim, os sertanejos permanecem sem água. Finalizava a sua crítica aconselhando que o senhor Demóstenes combatesse os governos que não resolvem o problema da seca, ao invés de combater o álcool.³⁵

Contudo, o receio de que a lei seca não surtisse o efeito desejado no país, fosse por ser considerada “prematura demais para o grau que atingimos em matéria de

³⁴ A LIGA brasileira de Higiene Mental e o aumento dos impostos sobre o álcool. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11/09/1929, p. 9.

³⁵ Lei seca no Ceará. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26/12/1928, caderno, p. 3.

costumes e hábitos”, como pregava o médico Antônio Carlos Penafiel,³⁶ ou pela ausência de verbas para realizar a fiscalização,³⁷ levava outros a pensar em distintas alternativas. A taxação elevada sobre o álcool bebida, a educação e a propaganda foram algumas das mais elencadas.³⁸

A taxação era uma via de mudança gradativa até que fosse alcançada a abstenção total. Seria esta uma medida de transição então defendida pelos médicos Leitão da Cunha e Miguel Couto.³⁹ Ela já estava sendo praticada no país, a exemplo do Recife, com os valores das taxas sendo revertidos para a Liga pernambucana contra a mortalidade infantil, conforme o Dr. Arthur de Sá.⁴⁰ No âmbito legislativo, havia um projeto elaborado pelo deputado Plínio Marques que se encontrava na Câmara dos Deputados à espera de se tornar lei, propondo taxar proibitivamente o álcool-bebida.⁴¹ No tocante à proibição da venda do álcool, havia um entrave grande e bastante forte para a derrota dos médicos e eugenistas: ela contrariava os interesses econômicos, indo de encontro às ideias de livre comércio.

Esse projeto determinava a taxação sob a forma de selo — Selo da Caridade — afixado na embalagem das garrafas, sendo no valor de 500 réis para toda bebida alcoólica, independentemente de seu teor alcoólico. O dinheiro arrecadado com o selo teria um título especial aberto no Tesouro e estaria destinado à fundação “de hospitais de alienados, de crianças e de casas apropriadas nas quais os alcoólatras poderiam ser tratados convenientemente” (MARQUES, 1929). A Liga pressionou o Congresso a aprovar o projeto e torná-lo lei enviando comissões até a Câmara dos Deputados. Ernani Lopes⁴² conclamava o público presente na segunda Semana Antialcoólica a fazerem parte da delegação popular que na semana seguinte iria à Câmara com o mesmo propósito. Por meio de seus consócios, a Liga também visitou o Conselho Municipal para requerer medidas legais de repressão ao alcoolismo.

Em 1927, a Assembleia realizou uma sessão solene com o intuito de receber sugestões de várias sociedades científicas a fim de criar uma legislação antialcoólica

³⁶ CONTRA o..., 1925, p. 149.

³⁷ MARQUES, Plínio. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 78-92, 1929.

³⁸ TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 12-16, 1929a; LOPES, Carlos, 1944; MARQUES, 1929.

³⁹ TRABALHOS de..., 1929a.

⁴⁰ ACTA da Oitava Reunião – 3 de Julho de 1929. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-27, 1929.

⁴¹ CALDAS, Mirandolino. As nossas campanhas. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 57-60, 1929.

⁴² LOPES, Ernani. Discurso. *Trabalhos de Antialcoolismo. Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 90-92, 1929.

no Distrito Federal, tendo a Liga sido representada por seu presidente Ernani Lopes.⁴³ O assunto era de largo conhecimento, para além dos círculos acadêmicos, pois os jornais também abordavam a temática, reportando os encontros, discussões e trabalhos realizados, como pode ser observado na circular de 1929 de *O Paiz*.⁴⁴

Como afirmamos, a Liga se colocava a serviço da população e entendia sua atuação enquanto uma associação composta por estudiosos cujo intuito era contribuir para o desenvolvimento e progresso nacional. Tratava-se de uma rede maior, na qual várias sociedades se uniam em prol de objetivos comuns. No caso do álcool, a União Brasileira Pró-Temperança teve relevante atuação nas campanhas antialcoólicas, trabalhando em conjunto com a Liga em suas Semanas Antialcoólicas. Reunir aliados significava fortalecer a proposta; e não foi por outro motivo que Ernani Lopes⁴⁵ enviou um ofício para a Academia Brasileira de Letras solicitando a sua colaboração na campanha contra o álcool. O pedido respondia a uma compreensão de que os intelectuais precisavam se posicionar diante do assunto, mas também representava uma força maior da própria Liga ao receber o apoio de uma instituição renomada e respeitada nacionalmente.

As parcerias eram contínuas, mas era no momento da Semana Antialcoólica, geralmente no mês de outubro, que elas se tornavam mais aparentes, tendo em vista o engajamento em conjunto, fosse em suas sedes próprias ou nos locais determinados pela Liga. Para a primeira Semana Antialcoólica, em 1927, a Liga realizou uma sessão síncrona com a Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, ocorrida no salão da Liga de Defesa Nacional.⁴⁶ Os jornais cariocas traziam notícias sobre o evento nos outros estados que ocorriam em paralelo com o do Rio de Janeiro. De São Paulo, a Liga Paulista de Higiene Mental se fazia representar pelo Dr. José de Moraes Melo, seu sócio e diretor da Penitenciária de São Paulo, que proferiu uma conferência sobre alcoolismo e criminalidade. O Dr. Pacheco e Silva, diretor da Colônia de Alienados de Juquery e presidente da Liga Paulista de Higiene Mental também compareceu ao Rio de Janeiro para participar da Semana.⁴⁷

Nas notícias referentes às Semanas Antialcoólicas, fosse nos *Arquivos* ou jornais locais, a agremiação destacava o apoio recebido pelos políticos brasileiros, pondo em relevo seus cargos. Na sétima Semana Antialcoólica, agradecia ao Governo Federal então representado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capa-

⁴³ LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 91-94, 1930b.

⁴⁴ A LIGA. ..., 1929.

⁴⁵ LOPES, E., 1930d, p. 177.

⁴⁶ A SEMANA anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22/10/1927a, p. 8.

⁴⁷ *Ibidem*.

nema. Por vezes, os políticos convidados abriam ou fechavam as sessões solenes do evento, como ocorrido com a primeira Semana Antialcoólica, para a qual foi convidado para presidi-la o ministro do Interior, Dr. Viana de Castello.⁴⁸

Em 1927, por solicitação da Liga ao ministro da Justiça, foi encaminhado aos estados da federação um telegrama no qual este último requeria, em nome do governo, que os governadores e presidentes dos estados providenciassem para a Semana Antialcoólica a intensificação da propaganda contra o alcoolismo “em todos os institutos, repartições e estabelecimentos dependentes desse governo, e por todos os meios possíveis”.⁴⁹ Ofícios também foram enviados ao ministro da Guerra e ao Departamento Nacional de Ensino, nos quais o presidente da Liga, Ernani Lopes, explicava o que era a higiene mental e o seu programa de combate ao alcoolismo. Para o ministro, pediu que durante a Semana Antialcoólica fosse intensificada nas unidades de sua pasta a campanha contra o alcoolismo. Aproveitava para sugerir que fosse suprimido o álcool presente nas rações de campanha, bem como o que era distribuído aos praças, como prêmio, nos dias de festa nacional.⁵⁰

O clero foi outra instituição a quem a Liga recorreu e recebeu o suporte desejado. Na mesma edição do evento anual, em 1927, a associação se mostrava grata pelo préstimo do senhor cardeal D. Sebastião Leme que telegrafou para vinte das principais dioceses do país apelando que colaborassem com a campanha de profilaxia do alcoolismo.⁵¹ Em concordância com a pauta, D. Sebastião enviara seus cumprimentos à agremiação, remetendo a Ernani Lopes seus aplausos “à humanitária, patriota e cristã iniciativa da Semana Antialcoólica”.⁵² Do cardeal ao vigário geral, o clero católico se mostrava engajado. Assim como D. Sebastião, o monsenhor Costa Rego enviara aos párocos da arquidiocese três determinações:

⁴⁸ ALIGA brasileira de Higiene Mental e o combate ao alcoolismo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17-18/10 1927, p. 6.

⁴⁹ NOTAS e informações. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12/10/1927, Notas e informações, p. 2.

⁵⁰ A SEMANA anti-alcoolica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/10/1927c, p. 4.

⁵¹ LIGA brasileira de hygiene mental. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6/10/1928, p. 4.

⁵² ENCERRA-SE hoje a Semana Anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23/10/1927, p. 5.

- 1- Que todo o clero dessa arquidiocese trabalhe na medida de suas forças para que a propaganda contra o alcoolismo possa obter os melhores resultados;
- 2- Os reverendíssimos senhores párocos e reitores de igrejas sejam incansáveis nessa propaganda entre os fiéis e no seio de suas associações.
- 3- E para que mais eficiente se torne o nosso apostolado no combate ao vício do álcool, leiam e expliquem este aviso à estação da missa no próximo domingo, e preguem amiudadamente sobre o mesmo assunto.⁵³

Os trabalhos da Semana Antialcoólica movimentavam a cidade com múltiplas atividades a ocorrer em variados lugares. Nas sedes de organizações privadas e públicas, nas escolas, fábricas, nas ruas ou cinema, podia-se encontrar cartazes instrutivos afixados nas paredes; as indicações sobre a abertura de concursos de melhor hino antialcoólico ou melhor cartaz; as palestras de acadêmicos renomados; a entrega de folhetos ilustrativos.

Durante a quinta Semana Antialcoólica, em 1932, a Associação dos Professores Primários promoveu um concurso de composições literárias e gráficas a ser realizado entre os alunos das escolas primárias, fossem públicas ou particulares.⁵⁴ Já o concurso de melhor hino antialcoólico de 1935, promovido pela Liga, teve como vencedor o senhor Renato Lacerda;⁵⁵ e, pela União Brasileira Pró-Temperança, em 1932, houve o concurso de declamação contra o alcoolismo.⁵⁶ Em mais um trabalho paralelo, houve durante a segunda Semana Antialcoólica (1928) o concurso de cartazes artísticos de propaganda contra o álcool, cuja decisão do vencedor ou vencedora seria realizada na sede da Associação Cristã Feminina por meio do julgamento da comissão então composta pelos professores Correia Lima, Lucílio de Albuquerque, Adalberto Matos, Júlio Porto Carrero e Ernani Lopes.⁵⁷

Não eram só os alunos os agraciados com prêmios por suas atuações na Semana. A professora Maria Antonietta de Castro recebeu o seu na sessão de encerramento por ter apresentado o melhor trabalho referente ao concurso de composições literárias de propaganda antialcoólica que a Liga havia organizado. Em seu discurso, a docente enfatizava a necessidade de que as crianças aprendessem, desde cedo, os malefícios do álcool em prol de um Brasil composto por cidadãos fortes e sadios. Chama a atenção o terror empregado sobre as crianças a fim de torná-las abstinências. Para Maria Antonietta, um meio eficaz era dizer a elas “que em uma garrafa ou uma

⁵³ SEMANA anti-alcoolica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/10/1928, O Jornal, p. 5.

⁵⁴ FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 189-197, 1932.

⁵⁵ LIGA brasileira de Hygiene Mental. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 11/07/1935, Mundanidade, p. 7.

⁵⁶ FACTOS e... , 1932.

⁵⁷ A 2ª SEMANA anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25/10/1928, p. 7.

taça de álcool se esconde um monstro abominável pronto a se apoderar dos corpos e dos espíritos, lançando as garras no presente e no futuro”.⁵⁸

Os adultos também precisavam ser educados sobre os danos permanentes causados pelo álcool e, para alguns, a psicanálise poderia ser um caminho. Em *O alcoolismo: suas raízes psicológicas segundo a psicanálise*, José Carbeiro Ayrosa (AYROSA, 1934), apresentava o alcoolismo enquanto uma sublimação promovida pela atividade “lábio-bucal desmedida e arbitrariamente utilizada”. A fixação oral seria a responsável pela “tendência ao álcool” que deveria ser evitada, impedindo “o uso desmedido da atividade oral”. Ademais, quando a fixação surgisse, aconselhava a sublimação, ou seja, a educação dos instintos.

Ainda no âmbito da psicanálise, o médico Januário Bittencourt⁵⁹ defendia que a dificuldade em tornar um alcoolista um abstinente se dava pelo fato dele desconhecer os motivos que o levava a beber. Para alcançar esse conhecimento interno, precisaria da ajuda do especialista — o psicoterapeuta — que lhe mostraria que ele bebia para, na verdade, fugir de seus problemas. Aconselhava a busca por este profissional que, segundo o autor, com dois ou quatro meses de trabalho faria o indivíduo entender “as falhas de vossa educação e então abandonar[ia] a bebida”. A Liga possuía o Ambulatório de Psiquiatria Preventiva, para o qual Bittencourt encaminhava seus leitores para que lá pudessem receber a orientação adequada.

A repressão legal foi outra chave pensada para o combate ao consumo do álcool. Franco da Rocha (ROCHA, 1930) defendia a aplicação de uma lei que determinasse dois anos de isolamento no hospital para alcoolistas que lá fossem recolhidos pela segunda vez, pois acreditava que o isolamento forçado teria efeito preventivo, uma vez que somente a proibição severa seria capaz de surtir bons resultados.

Em 1935, os *Arquivos* estampavam em sua seção *Fatos e Comentários* um texto sem autoria intitulado *Assistência aos alcoolistas*, no qual se agradecia e louvava o apoio prestado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que buscava junto à Liga a intensificação da repressão ao alcoolismo. Dentre estas, “uma dizia respeito à possibilidade do levantamento de uma estatística cuidadosa, graças à qual fosse possível localizar, nos diversos distritos policiais, os ébrios habituais, conhecidos pelas respectivas autoridades”. À Liga, seriam repassados os endereços residenciais dos toxicômanos em conformidade com o seu pedido. O objetivo era

⁵⁸ TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 139-141, 1929b.

⁵⁹ BITTENCOURT, Januário. A psicologia do alcoolista. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-78, 1943.

direcionar aos domicílios listados uma visitadora social que, julgamos, por estar ilegível o documento, estaria incumbida de realizar um trabalho educativo.⁶⁰

Para Arthur Ramos, ao lado da repressão puramente policial era preciso estudar cientificamente as causas e fazer um estudo da personalidade do toxicômano. Ele também considerava que o mesmo deveria ser feito com relação ao crime e à criminalidade, afirmando que o interesse do estado e da própria sociedade estava demasiadamente localizado sobre a punição, quando, na verdade, o interesse deveria estar voltado para a investigação das “causas complexas que conduziram ao crime”. O autor assinalou os fatores sociais, na maioria dos casos, como os condicionantes que conduziam a sua efetivação (RAMOS, 1955 [1939], p. 21).

No âmbito da educação, havia a proposta de que o ensino antialcoólico fizesse parte das grades curriculares das escolas. Uma atividade exaustivamente defendida pela Liga ao longo de sua existência. Conscientizar as crianças significava protegê-las e, por consequência, o país; além de torná-las mecanismos de difusão entre os familiares a respeito dos danos causados pelo uso do álcool. No princípio da criança enquanto cera mole a ser moldada (PORTO-CARRERO, 1929) é que Franco da Rocha (ROCHA, 1930) a pensou na luta contra o alcoolismo, com o apoio da escola. Isso porque seu espírito ainda estava em formação, de modo a permitir que as sugestões bem dirigidas criassem raízes em seus espíritos de maneira duradoura, sendo guardadas em seus subscientes.

Em sua concepção, os livros didáticos deveriam conter lições antialcoólicas, e os conteúdos referentes deveriam ser trabalhados em sala de aula semanalmente pelas professoras, obrigatoriamente. A instrução popular era necessária, conforme Esposel (ESPOSEL, 1931, p. 208.), mesmo que a lei seca fosse instituída, por permitir a compreensão do mal ingerido, mantendo o indivíduo sob uma sujeição “dócil e esclarecida”.

A relação da Liga com as escolas municipais do Distrito Federal parece ter sido bastante próxima pelo que se pode observar nos *Arquivos*, quando algumas seções abordavam atividades realizadas junto aos escolares. Em 1927, foram aplicados testes mentais nas escolas públicas por um grupo de professoras sob direção de Ernani Lopes, que declarava ser mais importante “educar nos princípios abstêmios as novas gerações”. Isso significava que o ensino antialcoólico deveria ser instituído “desde as escolas primárias em todos os Estados da Federação”.⁶¹

O presidente da Liga submeteu ao subdiretor técnico da Instrução Pública Municipal, professor Jonathas Serrano, as bases de um plano de educação antialcoólica

⁶⁰ OLINTO, Plínio et al. Resenhas e Analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 110-126, 1935.

⁶¹ LOPES, Ernani. Noticiário. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 200, 1925.

a ser aplicado nas escolas municipais. Ressaltava que o grande objetivo visado pelos verdadeiros seguidores da temperança, de acordo com os princípios da psicologia e da higiene mental, era conseguir o abstencionismo total “voluntário” do maior número possível de pessoas, a fim de preparar o ambiente para a aceitação das futuras medidas proibicionistas radicais.⁶² Ciente de que o alto número de analfabetos no país era um grande empecilho para os trabalhos antialcoólicos, Juliano Moreira reivindicava a educação do povo. Acreditando na prevenção ante a cura, pensava ser imprescindível convencer as crianças de que era preciso “dar combate aos fatores deseugeni-zantes da espécie, sobretudo o álcool e outros tóxicos (...)”. (MOREIRA, 1925, p. 196-197.

Outra frente propagandista era a realização de visitas de membros das sociedades higiênicas às escolas, residências e eventos, como atestaram os *Arquivos*, ao referenciar o trabalho coletivo realizado na famosa festa da Penha em sua edição de 1934. Sob a liderança do médico Moncorvo Filho, foi direcionada ao festejo uma caravana temperante contando com cerca de 40 pessoas, cuja atividade seria a conscientização do público de não fazerem uso do inebriante. No trajeto, cuja concentração se deu na sede da Liga, foram acrescentados dois caminhões com materiais de propaganda e enfermeiras da Escola Alfredo Pinto. Tais materiais foram fornecidos por Moncorvo Filho e advinham do Museu de Higiene Infantil. Em meio aos romeiros, esse médico palestrou utilizando como exemplos do abuso do álcool os casos observados em sua clínica infantil. Nada mais sugestionável e tocante do que apresentar crianças cujos problemas, físicos ou mentais, provinham do uso do tóxico por seus genitores.

Uma festa da magnitude do festejo da Penha era regada por muito álcool, não à toa momento escolhido pelos temperantes em sua cruzada. O número de frequentadores era alto, com estimativas de 60 mil pessoas transitando pelo local. Ao lado do cerimonial religioso, havia toda uma celebração com jogos, música, comidas e bebidas (MARQUES, 2007, p. 62). De mesa em mesa, as mulheres entregavam os panfletos e propagandeavam oralmente sobre os postulados da Liga de Higiene Mental. Tentar substituir o consumo do álcool por bebidas não alcoólicas foi uma estratégia da caravana ao levar consigo amostras de laranjadas, guaranás, mate gelado, limonada e água doadas por empresas.⁶³

A venda da bebida nos períodos festivos foi fortemente combatida, haja vista o temor diante do aumento no número de alcoolizados a perambular pela cidade

⁶² LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 132-134, 1930c.

⁶³ A PROPAGANDA temperante da Liga de Higiene Mental na festa da Penha. *Archivos Brasileiros de Hyene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 330-331, 1934.

causando distúrbios à ordem pública, práticas condenadas não somente pela Liga. No projeto de lei proposto por Plínio Marques (MARQUES, 1929, p. 86) acima referenciado, havia a estipulação da proibição da venda e uso de álcool aos domingos e feriados nacionais, “uma vez que era justamente nestes dias que as classes menos cultas se embriagam”. Uma distinção de consumo de álcool também era edificada acompanhando a de classe social. Enquanto os pobres eram taxados e vistos como desordeiros embriagados com a tradicional e barata cachaça ou parati, os ricos eram os frequentadores dos *cocktails*, a bebericar seu *whisky* e *champagne*.

Havia tal distinção na abordagem, encaminhamento à prisão ou manicômio, tratamento médico e respeito ao indivíduo, ainda que o motivo que o levara até ali fosse o condenável álcool. Entretanto, muitos membros da sociedade higiênica criticavam abertamente o consumo da *high society*, por entenderem que qualquer quantidade de álcool ingerida e qualquer que fosse o seu teor alcóolico ou frequência era um perigo e, por tal razão, deveria ser aniquilado. O champanhe do brinde nupcial era censurado, constituindo o ato um hábito nefasto para a descendência, na visão do diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, Aduauto Botelho.⁶⁴ O exemplo deveria ser dado para ser compartilhado, de forma que a Liga solicitara aos dirigentes do Departamento Municipal de Instrução e Educação Pública a coibição do hábito de oferecer bebidas alcoólicas aos convidados das grandes festas e solenidades nas escolas.⁶⁵ No almoço de encerramento da segunda Semana Antialcoólica, em 1928, realizado no Jockey Club, ao final das falas e do tim tim dos brindes finais, o champanhe foi substituído por sucos de frutas, devidamente reportado pelo jornalista de *O Paiz*.⁶⁶ Afinal de contas, não havia sentido defender uma causa de abstinência alcoólica e celebrar o evento com álcool!

A cachaça era especialmente destacada na pena de alguns consócios pelo fato de ser facilmente encontrada e adquirida, em decorrência de seu baixo preço. Neste ramo, para as taxações mais altas, havia um entrave: os parlamentares ligados à lavoura açucareira (MARQUES, 2007, p. 55). Vale ressaltar que enquanto a cachaça foi duramente condenada, a cerveja conquistou um espaço no comércio e uma visibilidade positiva (ou menos questionável) quanto ao seu consumo para além dos seus usuários, incluindo alguns médicos. Como afirmou Teresa Marques (2007, p. 49, 54), os argumentos de que tinha propriedades alimentares e medicinais, menor teor alcóolico em comparação com as bebidas não fermentadas e a imagem

⁶⁴ BOTELHO, Aduauto. Alcoolismo e doenças mentais. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81-83, 1944.

⁶⁵ TRABALHOS de..., 1930b.

⁶⁶ SEGUNDA semana anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18/10/1928, p. 6.

construída de bebida industrial com forte apelo à ideia de civilização permitiram a sua presença no consumo cotidiano dos brasileiros sem os estigmas da aguardente, então tomada como “bebida de escravos”.

Havia um recorte racial e de classe muito nítido, de modo que beber cerveja era apresentado como algo mais civilizado comparado ao “primitivismo” de bebericar parati. No que tange à repressão, a mesma autora nos informa sobre a distinção de horário para a venda de cerveja e aguardente em 1912. Enquanto a primeira tinha permissão de ser comercializada após às 19 horas, a segunda estava proibida no período da noite.

Todavia, é preciso pôr em relevo que não era unânime a opinião de que a cerveja fosse inofensiva ou quanto aos seus supostos e alegados princípios alimentares. Pelo contrário, houve rejeição por parte da classe médica que abolia o consumo de toda e qualquer bebida etílica, não importando seu teor alcóolico. A cerveja era entendida por muitos como a porta de entrada para outras bebidas mais fortes. Outrossim, tantos outros higienistas criticavam a afirmação de que a cerveja fosse um alimento. Nessa propaganda, o consumo realizado pelas mães que estavam amamentando era destacado como algo bom na medida em que prometia uma obtenção maior na quantidade de leite, (MARQUES, 2007, p. 61).

Nas zonas rurais, a cachaça era altamente consumida e o sertanejo “analfabeto, inculto, incivilizado, atrasado mental, quase primitivo” pela ingestão de tamanho mal, agravava seu primitivismo e inferiorizava mentalmente sua condição, vindo a complicar “a depreciação intelectual que se superpõem a sua deficiência, quase miséria orgânica e fisiológica; daí o sangue pobre e cérebro desfalcado; organismo devastado pelas endemias, empobrecido pela carência alimentar, todas as vísceras lesadas pelo álcool do estômago ao cérebro” como drasticamente afirmava o médico Claudio Araujo Lima (LIMA, 1944, p. 85.).

Não se tratava do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, mas bem poderia ser. Assim como o sertanejo desenhado por Lima, Lobato (2010 [1918], p. 102-111) retratara o homem interiorano como preguiçoso e fraco, que, além de vadio, era um bêbado; mas que ao confiar na ciência e ouvir os conselhos médicos, sarou o corpo da ancilostomíase e tornou-se ativo, forte e empreendedor. Parou de beber. *A Ressurreição do Jeca* refletia os ideais do movimento sanitarista, que incluía o álcool entre as suas frentes de combate, do qual Lobato era partidário. A obra de 1918 manteve seus ensinamentos atemporais, ao levar a mensagem final ao público leitor — as crianças — para que não se esquecessem de tal história e que quando crescessem tratassem de imitar o Jeca.

Para aquela sociedade, era de brasileiros como o novo Jeca que o Brasil precisava; e para muitos o álcool não poderia ser tolerado, nem nos esporádicos *drinks* do fim do dia ou nas cerimônias festivas. Tampouco importava o teor alcoólico das bebidas. Estava-se a pensar e proteger o futuro do país por meio das novas gerações, que deveriam ser hígdas e fortes. Daí o trabalho da eugenia, das propostas higienistas,

sanitaristas e educacionais. Os eugenistas que advogavam a favor do neolamarckismo viam a ingestão alcoólica como um problema de largo alcance, uma vez que não se limitava ao indivíduo, mas igualmente a sua prole. Entretanto, aqueles favoráveis ao mendelismo julgavam importantes as campanhas antialcoólicas, porém enfatizavam ser um erro supor que estas significariam ausência do mal nos descendentes.

Para o agrônomo mendeliano Octávio Domingues, o alcoolismo era o efeito e não a causa. Efeito porque já estava codificado no gene dos indivíduos. Por isso, reiterou que o combate ao alcoolismo “não somente [era] um equívoco ao distinguir as causas do fenômeno e seus efeitos — como [era] fazer tudo, menos Eugenia” (1929, p. 144). Em seu livro *Hereditariedade e Educação*, afirmava que o combate ao alcoolismo, bem como à sífilis, se tratava “de uma ação toda externa, eventual, que não faz[ia] criar um *gen* correspondente ao mal, no genótipo do indivíduo, nem o poderia criar” (DOMINGUES, 1929, p. 96). Arthur Ramos corroborava a opinião de Domingues quanto à necessidade de estudar as causas que levavam ao consumo do tóxico, que ele julgava serem os conflitos sentimentais, a pobreza, a subalimentação. Esses fatores engendravam o desespero e levavam o sujeito a procurar o álcool no intuito de esquecer as dores, conflitos internos e os problemas econômicos (RAMOS, 1955 [1939], p. 30).

Foram várias as leituras realizadas em torno do álcool. Quanto a periodicidade de seu consumo, o teor alcoólico, o tipo de bebida etílica, a maneira como reprimir a ingestão e a relação com a hereditariedade. Pelo uso da polícia, da cadeia, da internação compulsória ou da investigação psicanalítica, homens e mulheres se uniram à Liga em seu propósito de combater o tóxico em vista de um futuro promissor para a pátria. E era em torno desse anseio que suas ações se pautavam e justificavam.

Conclusão

Como buscamos demonstrar, o álcool foi combatido pela Liga Brasileira de Higiene Mental de maneira intensa e incisiva. O fato de ser considerado o mal supremo a afetar a humanidade exigia campanhas contra o seu consumo — que reverberava em outras searas, como o livre comércio — e um esforço conjunto e contínuo da sociedade a fim de extinguir o problema. Para os partidários do neolamarckismo, ao ingerir a bebida alcoólica, o indivíduo se tornava uma ameaça real ao futuro e ao progresso por ter seu corpo e mente minados pelo tóxico, afetando a sua produtividade, e legar aos seus descendentes a degenerescência biológica, toda a imoralidade e a corrupção associadas ao álcool.

Em meio a uma população miscigenada e com graves problemas, no âmbito da saúde e educação, que antecediam a Liga e já eram pontos destacados na agenda de políticos e intelectuais brasileiros, a agremiação buscou ser um reduto de espe-

cialistas para pensar soluções para questões tão estruturais e antigas que afligiam o país. Dos malabarismos para ressignificar teorias raciais que inviabilizavam os brasileiros à denúncia de ser o Brasil “um imenso hospital”, como sentenciava o médico Miguel Pereira, os planos de uma nação moderna foram (re)projetados ao longo da República. Isso fica evidente quando nos atemos aos trabalhos desenvolvidos pela agremiação carioca nos quais pensar sobre raça foi central em sua agenda, com implicações diretas sobre outras searas, tais quais a imigração, eugenia, álcool, criminalidade ou doenças mentais.

O álcool estava dentre as suas principais preocupações por ser um risco para todo um trabalho que vinha sendo gestado há anos no país. Por si só, o alcoólatra causava sérios danos à sociedade e em particular a sua família, cuja harmonia ficava abalada. A instituição familiar foi recorrentemente enfatizada nos trabalhos em torno da infância, partindo de um modelo patriarcal que não era unívoco; e sobre ela foi depositada a responsabilidade pela ordem, pela moral e pelos bons costumes. Pensando a criança como o adulto ajustado de amanhã, médicos e educadores ressaltavam os prejuízos causados pela presença do álcool na família, com destaque aos “homens da casa”, principais consumidores das bebidas etílicas, ainda que o alcoolismo feminino estivesse aumentando, segundo Flávio de Souza (SOUZA, 1939, p. 16), em decorrência “do fato da mulher competir com os homens em quase todos os aspectos da vida social”.

Às mulheres — mães, esposas e donas de casa — eram ensinadas as artes de educar, vestir, alimentar, banhar, ninar seus filhos. Pelos preceitos higienistas, nada poderia escapar ao olho atento da mãe, que, não seguindo tais regras, era culpabilizada pelos problemas apresentados por seus rebentos, quaisquer que fossem (TAMANO, 2018). Entre tantas frentes para a qual eram chamadas, foram incluídas no circuito de combate ao álcool, a partir desse momento sendo colocadas como esposas atentas e fortes o suficiente para banir a entrada do tóxico em suas residências, bem como impedir que seus maridos e filhos caíssem em tal desgraça. Para tanto, segundo o médico Alfredo de Britto, as mulheres precisavam estar devidamente instruídas. Assim, “certo não haverá na profilaxia do alcoolismo colaboradora mais eficiente nem mais devotada”. Com “carinho e beijos maternos”, instruiria seus filhos; com compreensão completaria a educação materna nas escolas, caso das professoras; com seus “encantos e o ardor de sua paixão”, conseguiria a libertação de seu futuro esposo do vício; e com amor, confortaria o esposo quando na adversidade, evitando a busca pelo álcool.⁶⁷

⁶⁷ BRITTO, Alfredo de. O alcoolismo e a mulher. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 205, 1930.

As crianças sofreriam duplamente: com as violências de seus pais alcoólatras, bem como suas mães — tal qual salientava Alfredo Britto — e com as sequelas físicas e mentais de seus progenitores alcoólatras. Assim, o futuro estaria condenado. Suprimir o pátrio poder acabava sendo uma alternativa na visão de alguns médicos e da Liga que sustentava a necessidade de enviar as crianças para famílias “honestas, sóbrias e laboriosas”.⁶⁸

No encaminhamento de suas campanhas antialcoólicas, a agremiação buscou ajuda em vários segmentos da sociedade carioca e dos demais estados da federação, contando para isso com seus delegados estaduais. Por meio das Semanas Antialcoólicas, confecção e distribuição de panfletos, cartazes instrutivos, visitas domiciliares ou a eventos e com o apoio de rádios, jornais, instituições acadêmicas, escolas e clubes operários conseguiu divulgar os malefícios causados pelo álcool. O apelo aos políticos também foi uma maneira aventada para ajudar na efetivação do trabalho; o fato de alguns de seus membros serem deputados auxiliou seu intento.

O operariado era uma preocupação quanto à possibilidade de serem alcoolistas em potencial. Panafiel⁶⁹ afirmava que a vida laboral pesada, a miséria e as angústias internas tornavam a classe mais suscetível à busca pelo tóxico, pois esse aliviaria as suas dores pelo esquecimento. Este alienista e deputado federal defendia que a ordem deveria vir das camadas populares do operariado, bem como da escola e dos templos, e não por meio de ações dos dirigentes por intermédio de decretos restritivos ou proibitivos. As tribunas de seus clubes, assim como os seus jornais e livros seriam, em sua visão, os veículos privilegiados para a propaganda antialcoólica, de forma a incutir em suas mentes que o alcoolismo era “o pior obstáculo à emancipação operária”.

Destarte, em várias frentes e contando com apoio de múltiplos setores da sociedade brasileira, a Liga viu seus planos ganharem espaço e força ao longo dos decênios de 1920-1940. No encaminhamento de suas propostas e ideias, encontrou quem corroborasse elas dentro e fora de seu círculo; mas, igualmente se deparou com opiniões e posicionamentos contrários, o que evidencia a não conformidade absoluta mesmo sobre um assunto tomado como um mal maior. Não havia um consenso entre todos os médicos quanto aos malefícios do uso de álcool, vide o caso da cerveja, mas dentre os partidários da Liga havia majoritariamente a defesa de que o álcool era altamente danoso para a humanidade e por isso precisaria ser abolido, motivo pelo qual todo empenho era necessário.

⁶⁸ CONTRA o... , 1925, p. 147.

⁶⁹ Ibidem.

Referências Bibliográficas

Fontes

- A lei seca no Ceará. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26/12/1928, caderno, p. 3.
- 1º CONGRESSO Brasileiro de Eugenia. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, p. 7, v. 1, 1929.
- A 2ª SEMANA anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25/10/1928, p. 7.
- ACTA da Primeira Reunião – 1º de Julho de 1929. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 12-16, 1929.
- ACTA da Oitava Reunião – 3 de Julho de 1929. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-27, 1929.
- A LIGA brasileira de Hygiene Mental e o aumento dos impostos sobre o álcool. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11/09/1929, p. 9.
- A LIGA brasileira de Hygiene Mental e o combate ao alcoolismo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17-18/10/1927, p. 6.
- ALMEIDA, Waldemar de. A bebida alcoólica como fator antissocial. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-80, 1943.
- ALVIM, Oswaldo Ferraz. A campanha contra o alcoolismo, *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3-4, p. 61-68, 1939/1940.
- AMARAL, Antônio José de Azevedo. O problema eugênico da imigração. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro. v. 1, p. 327-340, 1929.
- A PROPAGANDA temperante da Liga de Hygiene Mental na festa da Penha. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 330-331, 1934.
- ARCHIVOS Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1934.
- ASEMANA anti-alcoolica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16/10/1927b, Noticias de Santa Catharina, p.6.
- A SEMANA anti-alcoolica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/10/1927c, p. 4.
- A SEMANA anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22/10/1927a, p. 8.
- AYROSA, José Carbeiro. O alcoolismo - suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 18-26, 1934.
- BITTENCOURT, Januário. A psicologia do alcoolista. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-78, 1943.
- BRITTO, Alfredo de. O alcoolismo e a mulher. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 204-205, 1930.
- BOTELHO, Adauto. Alcoolismo e doenças mentais. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81-83, 1944.
- CALDAS, Mirandolino. As nossas campanhas. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 57-60, 1929.
- CALDAS, Mirandolino. A higiene mental no Brasil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 69-77, 1930.
- CALDAS, Mirandolino. A eufrenia: ciência da boa cerebração. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 29-49, 1932.

- CONTRA o alcoolismo: em favor da hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 147-152, 1925.
- COUTO, Miguel. Trabalhos de Antialcoolismo: Discurso do Professor Miguel Couto. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 78-92, 1929.
- ENCERRA-SE HOJE a Semana Anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23/10/1927, p. 5.
- ESPOSEL, Faustino. Malefícios do álcool. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 208-216, 1931.
- ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 223-234, 1925.
- FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 189-197, 1932.
- FONSECA, Fernando. O alcoolismo na zona rural. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 296-298, 1933.
- GALLOTI, Odilon. Malefícios do álcool. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 69-72, 1943.
- KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 69-74, 1925.
- KEHL, Renato. A eugenia no Brasil. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-61, 1929.
- LIGA brasileira de Hygiene Mental. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 11/07/1935, Munda-
nidade, p. 7.
- LIGA brasileira de hygiene mental. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6/10/1928, p. 4.
- LIMA, Cláudio Araujo. Semana Antialcoólica. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 84-86, 1944.
- LOPES, Carlos Augusto. Alcoolismo e hygiene mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 105-107, 1944.
- LOPES, Cunha. Profilaxia social das toxicomanias. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 117-129, 1925.
- LOPES, Ernani. Noticiário. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 193-207, 1925.
- LOPES, Ernani. Discurso. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 90-92, 1929.
- LOPES, Ernani. Menores incorrigíveis. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 241-246, 1930a.
- LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 91-94, 1930b.
- LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 132-134, 1930c.
- LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 177-178, 1930d.
- LOPES, Ernani. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 309-320, 1934.

- MAGALHÃES, Fernando de. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 81-85, 1929.
- MARQUES, Plínio. Trabalhos de Antialcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 78-92, 1929.
- MELLO, Moraes. Conferência da Semana Antialcoólica de 1929. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 209, 1930.
- MOREIRA, Juliano. Noticiário: A contribuição da higiene mental no 2º Congresso Brasileiro de Higiene. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 196-197, 1925.
- MOREIRA, Juliano. Assistência aos bebedores. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 123-126, 1933.
- NOTAS E INFORMAÇÕES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12/10/1927, Notas e informações, p. 2.
- PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 3, 1929.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. Os inimigos e os amigos do álcool. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 234-237, 1933.
- PORTO-CARRERO, Júlio. Educação sexual. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 120-133, 1929.
- OLINTO, Plinio et al. Resenhas e Analyses. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 110-126, 1935.
- RIEDEL, Gustavo. Atas e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 209-211, 1925.
- ROCHA, Franco da. Alcoolismo e loucura. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 347-251, 1930.
- RODRIGUES, Lopes. Alcoólatras nos manicômios. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 299-303, 1933.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil. *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 119-147, 1929.
- SANTOS, Ângelo Godinho dos. O alcoolismo na vida do soldado - influência sobre a sua vida física, moral e militar. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 52-64, 1943.
- SOUZA, Flávio de. Álcool, flagelo social. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 16-20, 1939.
- SOUZA, Flávio de. Perigos da embriaguez. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 81-85, 1943.
- SEGUNDA semana anti-alcoolica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18/10/1928, p. 6.
- SEMANA ANTI-ALCOOLICA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/10/1928, O Jornal, p. 5.
- TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 12-16, 1929a.
- TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 139-141, 1929b.
- TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 132-134, 1930b.

TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 247-251, 1930a.

TRABALHOS de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 123-124, 1932.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, Leonardo. *A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOMINGUES, Octávio. *A hereditariedade em face da educação*. 1ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- FACCHINETTI, Cristiana & MUÑOZ, Pedro. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 239-262, 2013. ISSN 1678-4758. Disponível em: <<https://bit.ly/3nIH1eF>>. Acesso em: 6 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000100013>.
- LIMA, Nísia. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 229-248, 2009. ISSN 1678-4758. Disponível em: <<https://bit.ly/3OVsxEb>>. Acesso em: 7 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500011>.
- LIMA, Nísia & HOCHMAN, Gilberto. “pouca saúde e muita saúva”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto & ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 493-525.
- LOBATO, Monteiro. *Problema vital Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010.
- MARQUES, Teresa. Cerveja e aguardente sob o foco da temperança no Brasil, no início do século XX. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 48-70, 2007.
- MOREIRA, Juliano. Notícias sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 728-768, 2011. ISSN 1984-0381. Disponível em: <<https://bit.ly/3uvbyQK>>. Acesso em: 7 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000400012>.
- MOTA, André & SCHRAIBER, Lilia. Medicina católica e eugenismo no Brasil 1930-1950. In: MOTA, André & MARINHO, Gabriela (org.). *Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: Faculdade de Medicina, 2013, p. 99-114.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1942.
- RAMOS, Arthur. *Saúde do espírito*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1955.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

- REIS, José. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.
- RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1151-1182, 2008. ISSN 1678-4758. Disponível em: <<https://bit.ly/3asgwXL>>. Acesso em: 7 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000400014>.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, 2016. ISSN 1678-4758. Disponível em: <<https://bit.ly/3bXA6eQ>>. Acesso em: 7 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000500006>.
- STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto & ARMUS, Diego. (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-392.
- SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Penguin, 2010.
- TAMANO, Luana. O movimento sanitário no Brasil: a visão da doença como mal nacional e da saúde como redentora. *Revista Khronos*, São Paulo, n. 4, p. 102-115, 2017. ISSN: 2447-2158. Disponível em: <<https://bit.ly/3OSAPwr>>. Acesso em: 7 jul. 2022. doi: <https://doi.org/10.11606/khronos.voi4.131909>.
- TAMANO, Luana. “Manter normal a criança normal e ajustar a desajustada”: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- WEGNER, Robert & SOUZA, Vanderlei. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, 2013.

Recebido: 26/08/2021 – Aprovado: 09/02/2022

Editores Responsáveis

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira